

RESENHA

MENEZES, Maria Lucia Pires. *Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000

É notável a ausência de uma tradição de estudos, na geografia, dedicados à compreensão das relações de grupos étnicos com o espaço geográfico, principalmente, no que tange aos povos indígenas no Brasil. Esse fato talvez reflita outro de maior gravidade condizente com uma provável invisibilidade da importância destes estudos em nossa disciplina. Não poderíamos, entretanto, desconsiderar as valiosas contribuições que seguem à contracorrente do que foi exposto. O livro “Parque Indígena do Xingu: A construção de um território estatal” de Maria Lucia Pires Menezes constitui, sem dúvida, um importante esforço nessa direção.

Esse trabalho realiza uma minuciosa análise do processo de criação do Parque Indígena do Xingu, contextualizado ao cenário político brasileiro durante o período histórico em que se desenrolam disputas judiciais, jogos de interesses e tramitações de projetos de lei em torno da criação do Parque entre os anos de 1943 e 1961. O referido momento foi profundamente marcado por preocupações e ações geopolíticas no sentido de ocupar os “vazios demográficos” no interior do território nacional, assim como aumentar o controle sobre essas áreas por parte do Governo Federal. As estratégias adotadas eram a abertura de vias de acesso para implantação de redes rádio-telegráficas de comunicação, instalação de campos de pouso e criação de colônias de povoamento sob uma forte ideologia desenvolvimentista, que marcou o que a partir de então ficou conhecido como a “marcha para o oeste”.

A autora Maria Lucia Pires Menezes é doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo realizado diversos trabalhos correlatos à questão indígena. O livro em questão se originou de sua dissertação de mestrado defendida em 1990 pela UFRJ e foi desenvolvido junto ao Projeto Estudo de Terras Indígenas no Brasil (PETI) do PPGAS – Museu Nacional coordenado pelo professor doutor João Pacheco de Oliveira Filho. A construção desta obra resulta da disponibilidade e organização de um privilegiado acervo documental proveniente dos arquivos do PETI, do

Senado Federal, da Procuradoria Gera da República, da Biblioteca Nacional e do Museu do Índio do Rio de Janeiro. Esses dados foram trabalhados com a utilização de ferramentas da geografia em um frutífero diálogo com conhecimentos e métodos da história e antropologia, e que contou com a orientação do professor doutor de etnologia do Museu Nacional Antônio Carlos de Souza Lima. As informações e dados gerados por este trabalho constituíram uma importante colaboração à geografia e também para as áreas do conhecimento com as quais dialogou no que concerne ao estudo de processos de colonização.

A estrutura dos capítulos do livro foi organizada em função da análise do tema nas escalas nacional, regional e local conduzindo e orientando a reflexão do leitor para uma sobreposição das escalas na parte final do trabalho. Nos capítulos da primeira parte, sobre a escala nacional, são abordadas a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central e o consequente processo de territorialização estatal. É discutida a implantação da aviação brasileira por meio da instalação de rotas aéreas Xingu-Manaus e Cachimbo-Jacareanga-Manaus, a semiotização do Alto Xingu e a invenção do Parque do Xingu, bem como um apanhado do que foi divulgado na imprensa sobre o caso, pesquisas desenvolvidas e o trânsito de cientistas e visitantes na área. Descreve-se a atuação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI diante da proposta de criação do Parque e da regulamentação do artigo 216 da Constituição Federal e o caráter inédito da criação de uma extensa reserva indígena com características de parque nacional. Outro aspecto de bastante relevância abordado nessa parte do livro é a situação das terras indígenas na década de 1950 no tocante à legislação e à situação das terras devolutas.

Na segunda parte, dedicada à escala regional, são tratados assuntos referentes ao Governo do Mato Grosso e à política mato-grossense na década de 1950 sobre terras, processos de alienação e a criação do Parque do Xingu. Questões bastante polêmicas são levantadas, como as especulações sobre a criação do Parque, a relação da Fundação Brasil Central com as terras do Mato Grosso e as concessões de terra no Parque. Estes acontecimentos são acompanhados da tramitação e votação do projeto 14/53 do Senado Federal e pela abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que repercutiu na política estadual, gerando um campo de forças de oposição e mediação na criação do Parque.

A autora descreve no âmbito da escala local, na terceira parte do livro, a geografia do Alto Xingu e como se dá a apropriação do espaço com a instalação de postos e a evolução demográfica nesta região. O Parque

Índigena do Xingu surge como uma nova modalidade de área de proteção caracterizada como “Modelo Isolacionista” fortemente marcado pela atuação dos irmãos Villas-Boas, denominada prática Villasbosiana, com uma atuação indigenista preservacionista e que realizava diversas intervenções no espaço xinguno, inclusive com a transferência para a área do Parque de diversos povos suscetíveis a constantes ameaças de várias ordens. Na parte final, destinada à sobreposição de escalas, o texto aborda a efetivação da criação do Parque com o encaminhamento e regulamentação do decreto 50.455 de 14/04/1961 e a oficialização do território estatal do Xingu.

O livro descreve, minuciosamente, aspectos relevantes do caso ligados ao processo de ordenamento territorial, na perspectiva do governo Federal, e da tensão gerada pela criação do Parque Índigena do Xingu como reconhecimento formal das Terras de Índio e a consequente indisponibilidade dessa área para o mercado de terras, por não serem consideradas devolutas. Por outro lado, são inúmeros os esforços do Governo do Mato Grosso na contestação das propostas para criação do Parque em função de sua extensão e diante das pretensões de liberação das terras para o mercado, resultando em contrapropostas para diminuição da área destinada ao parque, seu deslocamento para outras áreas ou, ainda, de dividir com outros estados o ônus da implantação do Parque Índigena. Uma consequência desses embates foi o surgimento de uma grande quantidade de títulos falsos de propriedade de terra nas áreas do parque, que nunca foram ocupadas efetivamente por não índios, reivindicando indenizações por parte do Governo Federal e criando um intenso mercado de títulos falsos envolvendo, inclusive, empresas estrangeiras e acarretando volumosos gastos para o Governo.

A criação do Parque Índigena do Xingu representou um marco no que se refere ao indigenismo oficial e na concepção de Terras Índigenas no Brasil. Até a década de 1950, o pensamento predominante da condição dos índios em território brasileiro era de que esses tinham como único destino possível a assimilação pela sociedade nacional e estavam em vias de integração, o que era embasado pelas teorias sobre aculturação em voga naquele período e que, ainda hoje, alimentam parte do nosso imaginário social. Antes da criação do Parque, as terras destinadas aos índios eram de proporções bastante reduzidas e serviam de abrigo para que esse processo de conversão dos povos indígenas em trabalhadores rurais se desse de forma gradual e que a partir desse momento suas terras poderiam se tornar colônias agrícolas ou serem liberadas ao mercado.

O que mudou nessa realidade durante o período de invenção e criação do Parque Indígena do Xingu foi a perspectiva de preservação das culturas indígenas como testemunho de um Brasil “pré-colombiano” mais próximo da natureza do que da condição de “civilizados”. Admitia-se, então, a intrínseca relação desses povos com os ambientes naturais que habitavam, em uma concepção simbiótica da necessidade de preservar uma extensa área de natureza como forma de garantia de sobrevivências dos povos indígenas e de perpetuação de suas culturas. Um argumento a reforçar esta visão era o de resguardar uma área privilegiada e “intocada” para o desenvolvimento de pesquisas científicas para ampliar o conhecimento de características naturais e culturais de um Brasil em vias de profunda transformação. Nesse sentido, o Parque Indígena do Xingu era dotado de um caráter ambíguo por ter o status jurídico de Parque Nacional como categoria de Unidade de Conservação da natureza, mas abrigando populações humanas, que não era previsto por lei para as UCs. Dessa forma, o Parque Indígena não se enquadrava completamente na categoria de Unidade de Conservação nem na de Terra Indígena conhecida até o momento. Essa mudança de concepção concedeu ao Parque a característica de “vitrine do indigenismo oficial” e passou a nortear os processos de identificação e demarcação de terras indígenas nos períodos posteriores.

O livro contém um rico material de mapas das diferentes propostas e traçados para a criação do Parque Indígena do Xingu e um mapa dos seus limites atuais. Encontramos, ainda, vários documentos em anexo que complementam e ilustram os assuntos adordados. A clareza do texto associado ao notável volume de dados e materiais cartográficos garantem ao leitor uma leitura prazerosa e bastante informativa.

Emerson Guerra
Doutorando do PPGEIO-UFF